

PCI - Parque de Ciência e Inovação S.A.

**Plano de Acompanhamento Ambiental
da Obra do
Parque de Ciência e Inovação
Pólo de Experimentação e Empresarial**

Agosto 2012



recurso

ESTUDOS E PROJECTOS DE AMBIENTE E PLANEAMENTO, LDA.

Rua Conselheiro de Magalhães, n.º 37, 4º Piso, Loja H,

3800-184 Aveiro

Tel.: 234 426 040

E-mail: geral@recurso.com.pt

www.recurso.com.pt

Índice

1. Introdução e objetivos	1
2. Breve descrição do projeto	1
2.1. Localização.....	1
2.2. Principais características	2
2.3. Cronograma previsto para a execução da empreitada	2
3. Entidades intervenientes.....	3
4. Sistema de responsabilidades	3
4.1. Dono de Obra	3
4.2. Empreiteiro	4
4.3. Equipa de Acompanhamento Ambiental (EAA)	4
4.4. Autoridade de AIA.....	5
5. Documentação.....	6
5.1. Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra	6
5.2. Planta de Condicionamentos.....	6
5.3. Dossier de Ambiente da Obra	7
5.4. Relatórios de Acompanhamento Ambiental de Obra (RAAO).....	7
<u>Anexos:</u>	
Anexo I - Medidas de minimização a aplicar durante a fase de construção do PCI-PEE	11
Anexo II - Legislação aplicável	29
Anexo III - Planta de condicionamentos.....	33

1 Introdução e objetivos

O presente documento constitui o Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO), referente à fase de construção do Parque de Ciência e Inovação Pólo de Experimentação e Empresarial (PCI-PEE), promovido pela empresa PCI Parque de Ciência e Inovação S.A.

Neste sentido, este plano tem como objetivo o estabelecimento de diretrizes que garantam:

- o cumprimento da legislação ambiental aplicável às ações desenvolvidas na empreitada;
- o Acompanhamento Ambiental da empreitada;
- a aplicação das medidas de minimização de potenciais impactes ambientais negativos;
- a definição de procedimentos e registos relativos às operações que tenham incidências ambientais;
- a adaptação das medidas de minimização a situações concretas da obra, a ajustes de projetos em obra e a situações imprevistas, resultantes ou não de reclamações.

2 Breve descrição do projeto

2.1. Localização

O projeto do “Parque de Ciência e Inovação - Pólo de Experimentação e Empresarial” (PCI-PEE) localiza-se nas freguesias de Aradas e Ílhavo (São Salvador), nos concelhos de Aveiro e Ílhavo, respetivamente. O PCI-PEE localiza-se na proximidade das cidades de Aveiro e de Ílhavo, apresentando um enquadramento urbano, com contiguidade ao campus da Universidade de Aveiro.

A área de Aveiro do PCI-PEE localiza-se na Zona de Proteção Especial da Ria de Aveiro - PTZPE0004, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro.

2.2. Principais características

O projeto consiste na implementação de um empreendimento que se destina à instalação de unidades de inovação empresarial, científica e tecnológica, equipamentos e serviços comuns.

O PCI-PEE ocupará uma área de aproximadamente 35 ha e terá duas áreas de implantação fisicamente separadas por um vale percorrido por um esteiro. Na área de Ílhavo o projeto contempla um loteamento com 70 lotes. O projeto do PCI-PEE contempla ainda a realização de infraestruturas de drenagem de esgotos, abastecimento de água, drenagem de águas pluviais, gás, eletricidade, telecomunicações, estacionamento e vias de circulação.

O Pólo de Experimentação prevê a seguinte ocupação:

- Edifício Central.
- Laboratórios de Uso Comum de Energia e Economia do Mar.
- Laboratórios de Uso Comum de Tecnologias da Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE).
- Laboratórios de Uso Comum de Materiais e Agroindustrial.

O Pólo Empresarial corresponde à restante área edificável que será ocupada por edifícios de 3 pisos a construir pelas empresas que se pretendam instalar.

O projeto foi objeto foi sujeito ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), por se tratar de um projeto de loteamentos e parques industriais com área superior a 10 ha. Na sequência do parecer da Comissão de Avaliação e tendo em conta o relatório da consulta pública, foi emitida a Declaração de Impacte Ambiental (DIA), contendo uma decisão favorável condicionada ao cumprimento das medidas de minimização.

2.3. Cronograma previsto para a execução da empreitada

O planeamento geral da fase de construção do PCI-PEE prevê que a empreitada de construção tenha uma duração de 24 meses. A implementação do projeto está dividida em três fases. Em termos de programação temporal a fase 1 e 2 serão imediatas enquanto a fase 3 será implementada quando as dinâmicas do PCI-PEE o justificarem, o que se prevê poder vir a acontecer dentro de cinco anos.

3 Entidades intervenientes

O sucesso da definição, aplicação ou fiscalização das medidas de gestão ambiental, durante a realização da empreitada de construção do PCI-PEE, depende fundamentalmente, da correta articulação e responsabilização de todos os intervenientes, designadamente:

- Dono de Obra;
- Empreiteiro;
- Equipa de Acompanhamento Ambiental (EAA);
- Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) /Comissão de Avaliação.

4 Sistema de responsabilidades

A prevenção e reparação de danos ambientais, potencialmente introduzidos pela obra, devem ser tidas em conta por todos os intervenientes na empreitada de construção do PCI-PEE.

Neste sentido, é então fundamental criar um sistema de responsabilização que permita assegurar o correto desenvolvimento dos trabalhos, obrigando assim, a que todos os intervenientes tomem as medidas necessárias e desenvolvam práticas capazes de reduzir os riscos e danos ambientais.

4.1. Dono de Obra

A primeira entidade com responsabilidades no processo de Acompanhamento Ambiental é o Dono de Obra. Constitui assim obrigação deste interveniente:

- garantir o cumprimento do exposto na Declaração de Impacte Ambiental (DIA);
- fornecer o PAAO às demais entidades intervenientes no Acompanhamento Ambiental (Empreiteiro, EAA, Autoridade de AIA);
- contratar a EAA e a Equipa de Acompanhamento Arqueológico (EAARq);
- acompanhar a implementação do presente PAAO;
- estar presente, sempre que necessário, nas reuniões periódicas de Acompanhamento Ambiental;
- comunicar à Autoridade de AIA a adoção de medidas de minimização não previstas, ou a alteração das inicialmente previstas, e que eventualmente venham a ser consideradas necessárias no decorrer da empreitada, bem como as eventuais alterações ao projeto que venham a ser consideradas;

- assegurar a informação, aos restantes intervenientes na obra, de eventuais comunicações de entidades externas (ex: entidades oficiais) que possam ter implicações no processo de Acompanhamento Ambiental;
- remeter à Autoridade de AIA os Relatórios de Acompanhamento Ambiental da Obra (RAAO), com a periodicidade predefinida no PAAO.

4.2. Empreiteiro

Constituem responsabilidades do Empreiteiro:

- elaborar e submeter à apreciação da EAA/Dono de Obra um plano de estaleiro e um plano de gestão de resíduos da obra;
- garantir os recursos necessários para uma adequada gestão ambiental da obra;
- manter o Dono de Obra e a EAA informados quanto à calendarização e evolução da obra;
- assegurar o cumprimento de toda a legislação em vigor, em matéria de ambiente, aplicável à empreitada, não podendo alegar desconhecimento da mesma;
- implementar as medidas de minimização previstas na DIA e no PAAO, aplicáveis à sua atividade;
- implementar medidas corretivas que venham a ser recomendadas pela EAA e aprovadas pelo Dono de Obra e/ou Autoridade de AIA;
- reportar à EAA e ao Dono de Obra eventuais reclamações e/ou queixas que lhe venham a ser dirigidas;
- assegurar que a informação relativa ao Acompanhamento Ambiental é do conhecimento de todos os trabalhadores da obra, incluindo eventuais subempreiteiros;
- dar conhecimento à EAA de todas as dificuldades que, eventualmente, possam vir a ser sentidas na implementação das medidas de minimização recomendadas na DIA e/ou no PAAO, ou outras que eventualmente possam vir a ser recomendadas no decorrer da obra;
- estar presente em todas as reuniões com relevância para o Acompanhamento Ambiental.

4.3. Equipa de Acompanhamento Ambiental (EAA)

Constituem responsabilidades da EEA:

- assegurar e verificar a implementação, por parte do Empreiteiro, do exposto no PAAO;
- assegurar a existência na obra de um exemplar atualizado do PAAO, acessível a todos os intervenientes ou interessados;

- estar presente em todas as reuniões de obra relevantes para o Acompanhamento Ambiental;
- efetuar ações de sensibilização ambiental ao Empreiteiro (as ações devem estender-se a todos os trabalhadores envolvidos na obra);
- identificar, e submeter à aprovação do Dono de Obra, a necessidade de revisão das medidas de minimização preconizadas no PAAO (ver Anexo I);
- elaborar e manter atualizada uma ficha de identificação dos intervenientes na obra;
- elaborar e manter atualizada a lista de legislação ambiental aplicável à empreitada (ver Anexo II);
- organizar e manter atualizado o Dossier de Ambiente da Obra;
- efetuar visitas periódicas à obra: a periodicidade das visitas da EAA deverá ser ajustada às necessidades da obra, podendo aumentar ou diminuir em função da frequência e da importância das atividades realizadas no decorrer da mesma. Como referência deverão considerar-se visitas quinzenais no decorrer da empreitada, sendo que no início dos trabalhos, aquando da definição das áreas a intervencionar, deverão realizar-se visitas mais frequentes (ex. semanal);
- proceder, em cada visita efetuada, e sempre que aplicável, ao registo de Constatações Ambientais, através da identificação de situações que constituam Não Conformidades com a legislação ambiental em vigor, com a DIA ou com o PAAO, ou situações que, ainda que não constituam Não Conformidade, carecem da tomada de medidas de minimização adicionais com vista à sua correção/melhoria;
- elaborar e manter atualizado um mapa de registo e acompanhamento de constatações ambientais;
- proceder, em cada visita efetuada, à verificação da implementação das medidas de minimização (ver Anexo I) e elaborar relatórios de visita à obra;
- elaborar relatórios mensais de Acompanhamento Ambiental de Obra (RAAO), de acordo com a estrutura apresentada no Capítulo 4 deste documento.
- comunicar ao Empreiteiro eventuais alterações ao PAAO, nomeadamente no que respeita às medidas de minimização.

4.4. Autoridade de AIA

Constituem responsabilidades da Autoridade de AIA:

- rececionar e remeter à Comissão de Avaliação os RAAO remetidos pelo Dono de Obra;
- avaliar o cumprimento do exposto no PAAO e na DIA;
- identificar, e comunicar ao Dono de Obra, a necessidade de implementação de medidas de minimização não previstas no PAAO, sempre que no decorrer da mesma se venham a identificar impactes ambientais não previstos em sede de AIA ou Pós-Avaliação, e o incumprimento dos aspetos previstos na DIA, bem

como solicitar esclarecimentos sobre o desenvolvimento da obra e a implantação das medidas previstas;

- efetuar visitas à obra sempre que, em função do reportado nos RAAO, considere relevante;
- efetuar vistoria no final da obra, com vista à confirmação do cumprimento da DIA, do PAAO ou demais documentos aplicáveis à mesma.

5 Documentação

O registo e documentação de todo o processo de Acompanhamento Ambiental é fundamental, não só para a correta informação de todos os intervenientes na obra, como também como ferramenta de controlo do Sistema de Gestão Ambiental implementado.

Os documentos com relevância no Acompanhamento Ambiental são:

- Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO);
- Planta de Condicionamentos;
- Dossier de Ambiente da Obra;
- Relatórios de Acompanhamento Ambiental da Obra (RAAO).

5.1. Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra

O PAAO constitui o documento no qual são estabelecidas as diretrizes a que os vários intervenientes no Acompanhamento Ambiental deverão obedecer, de forma a assegurar os objetivos estabelecidos no Capítulo 1. Constitui obrigação do Dono de Obra a sua divulgação e disponibilização antes do início da obra, ao Empreiteiro e à EAA. Esta deverá assegurar a existência de um exemplar atualizado em obra, acessível a qualquer interveniente ou interessado.

5.2. Planta de Condicionamentos

A planta de condicionamentos tem por objetivo identificar todos os elementos que, pelas suas características ecológicas, patrimoniais, geológicas ou outras, deverão ser salvaguardados durante a execução da obra. Constitui assim, uma ferramenta de extrema utilidade, para a definição de quaisquer alterações, inicialmente não previstas, como a criação de áreas de apoio. No Anexo III apresenta-se a Planta de Condicionamentos da construção do PCI-PEE.

5.3. Dossier de Ambiente da Obra

O Dossier de Ambiente da Obra constitui o documento base de todo o processo de Acompanhamento Ambiental, sendo da responsabilidade da EAA a sua elaboração e atualização.

A versão original do Dossier de Ambiente deve estar arquivada em obra e disponibilizada a todos os intervenientes ou interessados.

No Dossier de Ambiente, deverá constar, obrigatoriamente, a seguinte informação:

- Ficha atualizada de identificação dos intervenientes na obra.
- Planta de Condicionamentos atualizada.
- Plano e programa de trabalhos atualizado.
- Cópia das comunicações (cartas/faxes/e-mails) efetuadas com relevância para o Acompanhamento Ambiental.
- Ata das reuniões de obra com relevância para o Acompanhamento Ambiental.
- Lista de legislação ambiental aplicável à empreitada.
- Tabela atualizada de medidas de minimização a aplicar em obra (ver Anexo I).
- Licenças e autorizações relevantes, com índice remissivo (DIA, guias de acompanhamento de resíduos, Despacho Conjunto de Reconhecimento de Interesse Público do Projeto, licenças ambientais, entre outros).
- Cópia dos registos de constatações ambientais.
- Mapa de registo e acompanhamento de constatações ambientais.
- Registo de ações de formação/ sensibilização ambiental e/ou distribuição de normas.
- Relatórios de visita do Acompanhamento Ambiental.
- Registo de revisões do PAAO.

5.4. Relatórios de Acompanhamento Ambiental de Obra (RAAO)

Os RAAO deverão ser elaborados pela EAA, com uma periodicidade mensal.

Para que a Autoridade de AIA possa ter noção do desempenho de toda a equipa afeta à obra, deverá ser elaborado um Relatório Preliminar e um conjunto de Relatórios Periódicos de Acompanhamento Ambiental.

O Relatório Preliminar deverá ter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

1. Introdução
 - 1.1 Identificação do projeto e do proponente;
 - 1.2 Objetivos do Acompanhamento Ambiental.
2. Breve Descrição do Projeto
 - 2.1 Localização;

- 2.2 Principais características do projeto;
- 2.3 Cronograma previsto para a execução da(s) empreitada(s).
- 3. Antecedentes
 - 3.1 Referência a eventuais antecedentes relacionados com processo de AIA (EIA, DIA, RECAPE).
- 4. Identificação das entidades intervenientes no Acompanhamento Ambiental e na execução das obras.
- 5. Identificação das obrigações e responsabilidades de cada entidade interveniente.
- 6. Identificação das medidas de minimização aplicáveis à obra (de acordo com o formato apresentado no Anexo I).
- 7. Identificação da periodicidade dos RAAO a enviar à Autoridade de AIA.
- 8. Anexos
 - 8.1 Planta de Condicionamentos atualizada;
 - 8.2 Planta do estaleiro com indicação das utilizações de cada área.
 - 8.3 Registo fotográfico

Os Relatórios Periódicos de Acompanhamento Ambiental deverão ter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

- 1. Introdução
 - 1.1 Identificação do projeto e do proponente;
 - 1.2 Referência ao número do relatório, ao mês e ao ano a que reporta;
 - 1.3 Identificação da autoria técnica do relatório.
- 2. Evolução da Obra
 - 2.1 Referência às atividades construtivas desenvolvidas no período a que reporta o relatório.
- 3. Verificação da implementação do PAAO
 - 3.1 Referência a visitas efetuadas pela EAA;
 - 3.2 Referência à metodologia de Acompanhamento Ambiental;
 - 3.3 Referência ao cumprimento das medidas de minimização preconizadas no PAAO;
 - 3.4 Referência a eventuais dificuldades manifestadas pelo empreiteiro que possam ter implicações no cumprimento do PAAO;
 - 3.5 Referência a queixas ou reclamações, relacionadas com aspetos ambientais, efetuadas por entidades oficiais ou particulares;
 - 3.6 Referência a ações de sensibilização ambiental ministradas no período a que reporta o relatório.
- 4. Conclusões e Recomendações
- 5. Anexos
 - 5.1 Plano e programa de trabalhos atualizado;

- 5.2 Registo da verificação do cumprimento das medidas de minimização;
- 5.3 Registo Fotográfico da Obra;
- 5.4 Registo de Constatações Ambientais no período a que reporta o relatório (quando aplicável);
- 5.5 Registo de ações de formação/sensibilização ambiental e/ou distribuição de normas e manuais (quando aplicável);
- 5.6 Licenças ou declarações relevantes ao Acompanhamento Ambiental (guia de acompanhamento de resíduos, entre outras, quando aplicável).

Anexo
I

Medidas de minimização a aplicar durante a fase de construção do PCI-PEE

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

1. PLANEAMENTO DOS TRABALHOS - DEFINIÇÃO DO LOCAL DO ESTALEIRO E ÁREAS A INTERVENZIONAR

	Medidas Minimização	Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
					Data	Obs. EAA
1	Garantir que não são utilizados trajetos de circulação de obra que atravessem as povoações na envolvente designadamente na rua Dr. Ernesto Paiva e na rua da Coutada.	O empreiteiro geral deverá submeter à aprovação do dono de obra e EAA uma planta com os acessos que serão usados durante a empreitada.	Empreiteiro Dono de Obra EAA	Antes do início da obra		
2	Assegurar que os principais trajetos gerados, designadamente os relacionados com os movimentos de terras, ocorrem fora dos períodos de ponta.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra		
3 (DIA 6)	Circunscrever na sua globalidade as ações construtivas ao espaço estritamente necessário, estabelecendo trajetos para a circulação dos veículos afetos à obra e evitando as áreas de maior sensibilidade ecológica.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro EAA	No decorrer da obra		
4	Os estaleiros deverão localizar-se na área que apresente as cotas mais elevadas, dentro da área que será diretamente intervencionada pelo projeto, de preferência onde esteja prevista a implantação de um edifício. Deverá evitar-se a colocação do estaleiro próximo das áreas definidas como de valor particular para a fauna e flora (orlas Norte e Oeste das áreas a intervir). As áreas de estaleiro, estacionamento, áreas de depósito, vazadouro e acessos, deverão ser instaladas em locais pouco visíveis e de baixa sensibilidade visual e deverão ser objeto de	O empreiteiro geral deverá submeter à aprovação do dono de obra e EAA a localização do estaleiro e o plano de estaleiro.	Empreiteiro EAA	Antes do início da obra		

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

1. PLANEAMENTO DOS TRABALHOS - DEFINIÇÃO DO LOCAL DO ESTALEIRO E ÁREAS A INTERVENICIONAR

Medidas Minimização		Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
					Data	Obs. EAA
uma adequada recuperação paisagística, durante e após o funcionamento das obras, assegurando a reposição da situação inicial da paisagem. A área afeta deverá limitar-se ao estritamente necessário, evitando a destruição das suas áreas marginais.						
5 (DIA 22)	A gestão das águas residuais domésticas, produzidas durante a fase de construção, poderá passar pela instalação de casas de banho portáteis ou a instalação de fossas estanques. Estas estruturas deverão ser periodicamente limpas, de modo a manter condições corretas de operacionalidade. Os produtos resultantes das operações de limpeza deverão ser encaminhados para destino apropriado.	O Plano de estaleiro deve definir os meios de gestão das águas residuais produzidas.	Empreiteiro	Antes do início da obra		
6 (DIA 7)	Todas as obras inerentes à construção deverão ser conduzidas com o maior afastamento possível às aquaculturas, cursos de água e pontos de captação existentes.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra.		
7 (DIA 9)	A calendarização da obra deverá ser feita de modo a evitar que as principais ações de movimentação de terras decorram na época de maior probabilidade de ocorrência de precipitação, de modo a evitar os fenómenos erosivos e de instabilidade dos taludes.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra.		

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

1. PLANEAMENTO DOS TRABALHOS - DEFINIÇÃO DO LOCAL DO ESTALEIRO E ÁREAS A INTERVENCIIONAR

Medidas Minimização		Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
					Data	Obs. EAA
8	Antes do início de qualquer trabalho, deverá ser demarcada a área do terreno a intervencionar, através da implantação de estacas pintadas, que sejam bem visíveis.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra.		
9	A circulação de veículos e maquinaria afeta à obra deve ser realizada através de caminhos assinalados.	Colocar sinalética para garantir que a maquinaria afeta à obra circula apenas pelos acessos definidos.	Empreiteiro	Antes do início da obra.		
10	A velocidade de circulação dos veículos deverá ser limitada, para evitar a geração de poeiras.	Definir o limite de velocidade nos acessos à obra e colocar sinalética.	Empreiteiro	Antes do início da obra.		
11	O empreiteiro deverá fazer prova da certificação da classe de nível da potência sonora emitida por toda a maquinaria de apoio à obra.	Apresentar certificação da classe de nível da potência sonora da maquinaria afeta à obra.	Empreiteiro	Antes do início da obra e sempre que entrem maquinas em obra.		
12 (DIA 13)	Selecionar sempre que possível técnicas e processos construtivos que gerem menos ruído.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	Durante a obra		
13 (DIA 14)	Caso surjam reclamações, deverá ser efetuada a avaliação do ruído junto ao recetor sensível e adotadas medidas corretivas em função dos resultados obtidos	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	Durante a obra		

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

1. PLANEAMENTO DOS TRABALHOS - DEFINIÇÃO DO LOCAL DO ESTALEIRO E ÁREAS A INTERVENIONAR

	Medidas Minimização	Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
					Data	Obs. EAA
14	Definir um horário de trabalho adequado, com a limitação da execução ou da frequência de atividades de construção que gerem elevado ruído apenas ao período diurno (das 08h00 às 20h00) e nos dias úteis, e tendo em atenção o estabelecido no artigo 14º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	Antes do início da obra		
15 (DIA 4)	Divulgar o programa de execução das obras às populações interessadas, designadamente à população residente na área envolvente. A informação disponibilizada deve incluir o objetivo, a natureza, a localização da obra, as principais ações a realizar, respetiva calendarização e eventuais afetações à população, nomeadamente trajetos e implicações acústicas.	O Empreiteiro deverá, antes do início da obra, deve divulgar o programa de execução das obras através de editais, folhetos, avisos afixados em locais estratégicos.	Dono de Obra Empreiteiro	Antes do início da obra		

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

1. PLANEAMENTO DOS TRABALHOS - DEFINIÇÃO DO LOCAL DO ESTALEIRO E ÁREAS A INTERVENCIIONAR

Medidas Minimização	Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
				Data	Obs. EAA
16	Sensibilização dos trabalhadores para a importância da conservação das áreas com maior valor biológico.	Realização de uma ação de sensibilização ambiental no início da obra. Repetir as ações de formação sempre que se verificar necessário.	EAA: selecionar as matérias a serem ministradas na ação de formação, bem como transmiti-las aos intervenientes na obra. Empreiteiro: assegurar o cumprimento dos procedimentos e medidas recomendadas na ação de formação.	No início da obra. Sempre que entrar um novo treinador em obra.	
17 (DIA 5)	Dar preferência à contratação de mão-de-obra local, assim como aos serviços existentes na envolvente do projeto.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro Dono de Obra	Antes do início e no decorrer da obra	
18	Assinalar e eventualmente vedar as áreas de salvaguarda existentes na proximidade da área da obra, de acordo com a Planta de Condicionamentos.	Reconhecimento de campo de eventuais áreas de salvaguarda. Balizamento das áreas a salvaguardar	EAA Empreiteiro	Antes do início da obra	
19	Reduzir a área de trabalho das máquinas, especialmente nas áreas de sapal alto e de floresta galeria.	A EAA deve efetuar a identificação destas áreas. O empreiteiro deverá efetuar a balizagem e proceder em conformidade.	Empreiteiro EAA	No decorrer da obra	

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

1. PLANEAMENTO DOS TRABALHOS - DEFINIÇÃO DO LOCAL DO ESTALEIRO E ÁREAS A INTERVENCIIONAR

Medidas Minimização		Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
					Data	Obs. EAA
20 (DIA 20)	Os locais de descarga da rede de águas pluviais deverão ser definidos em função das características do escoamento, de forma a manter a dinâmica hídrica atual.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro EAA	No decorrer da obra		
21	A proliferação de espécies invasoras poderá conduzir a alterações dos habitats colonizados, que podem afetar as comunidades faunísticas. Deste modo, antes do início das ações de movimentação de terras será conveniente identificar as áreas em que ocorrem espécies vegetais exóticas, e evitar movimentar o solo para outros locais da área de intervenção, de modo a limitar a dispersão destas espécies.	EAA: efetuar um levantamento das áreas com espécies exóticas onde estão previstos movimentos de terras. Definir medidas para evitar a dispersão das espécies vegetais exóticas.	Empreiteiro: implementar as medidas definidas pela EAA.	Antes do início da obra.		
22	Deverá evitar-se remover as áreas com vegetação arbustiva e/ou arbórea durante a época de nidificação, ou seja, deverá evitar-se remover a vegetação durante o período compreendido entre março e agosto, inclusive.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro EAA	No decorrer da obra		

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

2. LIMPEZA DO TERRENO/ DESMATAÇÃO DA ÁREA/ MOVIMENTOS DE TERRAS

Medidas Minimização		Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
					Data	Obs. EAA
23 (DIA 11)	Antes dos trabalhos de movimentação de terras, deve-se proceder à decapagem da terra viva e ao seu armazenamento em pargas, para posterior reutilização nas áreas verdes.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra		
24	Deverá evitar-se afetar, com os movimentos de terras, as áreas húmidas, as zonas de retenção de águas pluviais e os biótopos aquáticos, locais importantes (de reprodução) para os anfíbios e para alguns répteis.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra		
25	O armazenamento de terras deverá ser efetuado em áreas previamente definidas e aprovadas. As pargas deverão ter uma altura máxima de 3 m, e devem apresentar uma vedação própria e estarem devidamente identificadas.	Propor a localização das pargas e proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra		
		Aprovar a localização das pargas.	EAA			
26 (DIA 8)	Manutenção da cobertura vegetal nas áreas não intervencionadas durante a fase de construção.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra		
27 (DIA 10)	A remoção do coberto vegetal e a limpeza e decapagem dos solos devem ser realizadas de um modo faseado e limitadas às zonas indispensáveis para a execução da obra, de modo a minimizar os fenómenos erosivos.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra		

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

2. LIMPEZA DO TERRENO/ DESMATAÇÃO DA ÁREA/ MOVIMENTOS DE TERRAS

Medidas Minimização	Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
				Data	Obs. EAA
28	A execução de escavações e aterros deve ser interrompida em períodos de elevada pluviosidade e devem ser tomadas as devidas precauções para assegurar a estabilidade dos taludes e evitar o seu deslizamento.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra	
29	Deverá ser minimizado o período de tempo entre a remoção do solo e a construção, por forma a evitar a exposição do solo aos agentes erosivos (vento e chuva), evitando os fenómenos de erosão e de lixiviação.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra	
30	Nos taludes deverão ser adotadas inclinações que garantam a sua estabilidade e que, deste modo, facilitem o recobrimento vegetal.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra	

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

2. LIMPEZA DO TERRENO/ DESMATAÇÃO DA ÁREA/ MOVIMENTOS DE TERRAS

Medidas Minimização	Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
				Data	Obs. EAA
31 Caso seja necessário recorrer a terras de empréstimo fora da área do projeto para a execução das obras, estas não devem ser provenientes de: <ul style="list-style-type: none"> - terrenos situados em linhas de água, leitos e margens de massas de água; - zonas ameaçadas por cheias, zonas de infiltração elevada, perímetros de proteção de captações de água; - áreas classificadas da RAN ou da REN; - áreas classificadas para a conservação da natureza; - outras áreas onde as operações de movimentação de terras possam afetar espécies de flora e de fauna protegidas por lei; - locais sensíveis do ponto de vista geotécnico; - locais sensíveis do ponto de vista paisagístico; - áreas com ocupação agrícola; - áreas na proximidade de áreas urbanas e/ou turísticas; - zonas de proteção do património. 	Proceder em conformidade.	Empreiteiro Dono de Obra EAA	No decorrer da obra		
32 (DIA 21) Evitar sempre que possível a obstrução dos percursos preferenciais de escoamento superficial das águas, devendo, para isso, ser garantida a sua correta limpeza.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra		

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

2. LIMPEZA DO TERRENO/ DESMATAÇÃO DA ÁREA/ MOVIMENTOS DE TERRAS

Medidas Minimização	Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
				Data	Obs. EAA
33 (DIA 18)	De modo a minimizar a emissão de poeiras, associadas à implementação e funcionamento do estaleiro e operações de escavação e terraplenagens, deverá proceder-se à aspersão de água sobre as terras a movimentar e a transportar, sempre que o teor de humidade dos materiais seja reduzido ou durante os períodos mais secos, bem como nos acessos não pavimentados da obra.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra	
34 (DIA 3)	Deverá ser implementado um processo de acompanhamento arqueológico rigoroso e efetivo de todos os trabalhos de obra que impliquem intervenção ao nível do solo/ subsolo, bem como das fases de intervenção antecedentes e/ou coincidentes com a desmatação e limpeza de qualquer coberto vegetal, de forma a permitir a leitura abrangente e precisa da área alvo a ser intervencionada futuramente pela obra.	Proceder em conformidade.	Dono de Obra EAArq	No decorrer da obra	

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO - FASE DE CONSTRUÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

3. DEMOLIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES EXISTENTES

Medidas Minimização	Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
				Data	Obs. EAA
35 Antes das demolições, os edifícios (em especial os edifícios de apoio à agricultura) deverão ser inspecionados por técnicos especializados para deteção de eventuais ocorrências de abrigos de morcegos e/ou locais de nidificação, nomeadamente de aves de rapina noturnas. Relativamente à prospeção de locais de nidificação de aves de rapina, esta medida cautelar deverá aplicar-se caso a demolição se preveja decorrer entre abril e finais de julho. No que respeita aos morcegos será importante realizar a visita prévia para deteção de eventuais abrigos, caso as demolições ocorram durante o período de hibernação (dezembro a fevereiro) ou de maternidade (maio a meados de agosto). Será também conveniente que as demolições destas estruturas sejam acompanhadas por técnicos especializados. Antes das demolições será conveniente definir locais de destino para a translocação de eventuais indivíduos expostos pelas ações de demolição.	Proceder em conformidade.	Dono de Obra EAA	Antes das demolições		
36 (DIA 17) Garantir a cobertura das cargas a transportar de e para o local da obra.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra		

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

4. CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS/ OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Medidas Minimização	Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
				Data	Obs. EAA
37	Deverão ser definidos, na área do estaleiro, locais específicos para o armazenamento temporário dos resíduos, procedendo-se posteriormente à sua expedição para destino final adequado, privilegiando-se a sua reciclagem.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra	
38	O empreiteiro deverá apresentar, antes do início da obra, um plano de gestão de resíduos, por forma a garantir o correto armazenamento e destino final adequado dos resíduos produzidos, privilegiando, sempre que possível, a sua valorização. O plano deverá apresentar a identificação e classificação dos resíduos, em conformidade com a Lista Europeia de Resíduos (LER), e a definição das responsabilidades de gestão.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra	
39 (DIA 12)	O empreiteiro deverá dar garantias de que os resíduos produzidos terão destino adequado. Deve ainda garantir o cumprimento integral da legislação em vigor aplicável aos diversos tipos de resíduos produzidos.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra	
40	Deverá ser mantido um registo atualizado das quantidades de resíduos gerados e respetivos destinos finais, com base nas guias de acompanhamento de resíduos.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra	

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

4. CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS/ OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Medidas Minimização		Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
					Data	Obs. EAA
41	Deverá ser assegurado o correto armazenamento temporário dos resíduos produzidos, de acordo com a sua tipologia e em conformidade com a legislação em vigor.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro EAA (inspeção)	No decorrer da obra		
42	Deverá ser proibida a deposição de resíduos lixiviáveis a céu aberto, por forma a evitar o arrastamento, pelas águas pluviais, de substâncias nocivas ao ambiente.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro EAA (inspeção)	No decorrer da obra		
43	Deverá restringir-se a perturbação decorrente do processo construtivo (ruído, vibrações e perturbação visual resultantes da operação de máquinas e atividade de pessoal) à menor área possível a intervir.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da obra		

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

5. ARMAZENAMENTO E MANUSEIO DE COMBUSTÍVEIS E SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

Medidas Minimização	Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
				Data	Obs. EAA
44 (DIA 15)	Impedir o uso desnecessário e o derrame de produtos contaminantes, recomendando-se para isso que todas as operações de manutenção da maquinaria sejam efetuadas em local apropriado para o efeito na área do estaleiro. Os subprodutos resultantes devem ser armazenados em recipientes estanques e encaminhados para destino final apropriado, privilegiando-se a reciclagem.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro EAA (inspeção)	No decorrer da empreitada	
45 (DIA 16)	Proceder à manutenção e revisão periódica de todas as máquinas e veículos afetos à obra, de forma a manter as normais condições de funcionamento e assegurar a minimização dos riscos de contaminação dos solos e das águas.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da empreitada	
46	Os equipamentos móveis a utilizar devem encontrar-se em boas condições de operação, obedecendo às normas internacionais que regulam a quantidade de gases a emitir por veículos pesados.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da empreitada	
47 (DIA 19)	Sempre que ocorra um derrame de produtos químicos no solo, deve proceder-se à recolha do solo contaminado, se necessário com o auxílio de um produto absorvente adequado, e ao seu armazenamento e envio para destino final adequado.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da empreitada	

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

5. ARMAZENAMENTO E MANUSEIO DE COMBUSTÍVEIS E SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

Medidas Minimização		Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
					Data	Obs. EAA
48	Os acessos à obra e ao estaleiro deverão ser mantidos limpos, bem como os pneus de máquinas e veículos associados à obra.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	No decorrer da empreitada		
49	Deve ser prevista a contenção/ retenção de eventuais escorrências/ derrames.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro EAA (inspeção)	No decorrer da empreitada		

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO
PARQUE DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO - PÓLO DE EXPERIMENTAÇÃO E EMPRESARIAL

6. LIMPEZA E RECUPERAÇÃO DAS ZONAS INTERVENZIONADAS

Medidas Minimização	Ações de Operacionalização	Responsável Implementação	Aplicação	Verificação	
				Data	Obs. EAA
50	No final das obras, nas áreas que tenham sido utilizadas para estaleiro, deverá proceder-se ao revolvimento dos solos de modo a descompactá-los, reconstituindo assim, na medida do possível, a sua estrutura e equilíbrio.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	Fim da obra	
51	Após a conclusão dos trabalhos de construção, todas os locais intervenzionados pela obra deverão ser meticulosamente limpos.	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	Fim da obra	
52	Deverá proceder-se após a conclusão dos trabalhos de construção, ao cumprimento do exposto no Plano de Recuperação Paisagística das áreas intervenzionadas pela obra.	Cumprir o exposto no Plano de Recuperação Paisagística das áreas intervenzionadas pela obra.	Empreiteiro	Fim da obra	
53 (DIA 23)	Acautelar o restabelecimento dos eventuais caminhos rurais afetados	Proceder em conformidade.	Empreiteiro	Fim da obra	

Legenda: EAA - Equipa de Acompanhamento Ambiental; EAArq - Equipa de Acompanhamento Arqueológico.

Anexo II

Legislação aplicável

DIPLOMA	ÂMBITO	OBSERVAÇÕES
GERAL		
Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio	Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro
Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril	Fixa as normas técnicas para a estrutura da proposta de definição do âmbito do EIA (PDA) e normas técnicas para a estrutura do estudo do impacte ambiental (EIA).	
Decreto-Lei n.º 147/2008, de 9 de julho	Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Diretiva n.º 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão de resíduos da indústria extrativa.	N.º 2 do Anexo III
RESÍDUOS		
Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de agosto	Aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril, e a Directiva n.º 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro.	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho
Portaria n.º 335/97, de 16 de maio	Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional.	
Portaria n.º 417/2008, de 11 de junho	Aprova os modelos de guias de acompanhamento de resíduos para o transporte de resíduos de construção e demolição (RCD).	
Portaria n.º 1408/2006, de 19 de dezembro	Aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos.	Alterada pela Portaria n.º 320/2007, de 23 de março
Portaria n.º 209/2004, de 3 de março	Aprova a Lista Europeia de Resíduos.	Anexo II: características de perigo atribuíveis aos resíduos
Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março	Aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição.	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho
Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de julho	Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos usados.	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho
Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de março, que altera a Diretiva n.º 83/477/CEE, do Conselho, de 19 de setembro, relativa à proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho.	

DIPLOMA	ÂMBITO	OBSERVAÇÕES
Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de outubro	Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) e que procede à criação da Agência Europeia dos Produtos Químicos.	
RUIÍDO		
Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro	Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000 de 14 de novembro.	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto
Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.	
Decreto-Lei n.º 221/2006, de 8 de novembro	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 2000/14/CE, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior.	
QUALIDADE DO AR		
Decreto-Lei n.º 102/2010, de 12 de setembro	Estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2008/50/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio, e a Diretiva n.º 2004/107/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro.	
Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de abril	Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, fixando os princípios, objetivos e instrumentos apropriados à garantia da proteção do recurso natural ar, bem como as medidas, procedimentos e obrigações dos operadores das instalações abrangidas, com vista a evitar ou reduzir a níveis aceitáveis a poluição atmosférica originada nessas mesmas instalações.	
Portaria n.º 286/93, de 12 de março	Fixa os valores limites e os valores guias no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em suspensão, dióxido de azoto e monóxido de carbono, o valor limite para o chumbo e os valores guias para o ozono.	
Portaria n.º 80/2006, de 23 de janeiro	Fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos.	
Decreto-Lei n.º 242/2001, de 31 de agosto	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/13/CE, do Conselho, de 11 de março, relativa à limitação das emissões de compostos orgânicos voláteis resultantes da utilização de solventes orgânicos em certas atividades de instalações.	
Portaria n.º 1058/94, de 2 de dezembro	Altera a Portaria n.º 286/93 de 12 de março (fixa os valores limites e os valores gerais no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em suspensão, dióxido de azoto e monóxido de carbono, o valor limite para o chumbo e os valores guias para o ozono).	Vigência condicional pela Portaria n.º 677/2009, de 23 de junho
Portaria n.º 263/2005, de 17 de março	Fixa novas regras para o cálculo da altura de chaminés e define as situações em que devem para esse efeito ser realizados estudos de poluentes atmosféricos.	
RECURSOS HÍDRICOS		
Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.	
Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto	Estabelece normas, critérios e objetivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.	Descargas de águas residuais no meio hídrico
Decreto-Lei n.º 172/2009, de 3 de agosto	Cria o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos.	

DIPLOMA	ÂMBITO	OBSERVAÇÕES
Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio	Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.	
Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho	Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1991, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas.	Descargas de águas residuais em coletores municipais
Despacho n.º 14872/2009, de 2 de julho	Normas para a utilização dos recursos hídricos públicos e particulares.	
FLORA E FAUNA		
Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho	Aprova o Plano Setorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental.	
Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 5 de junho	Aprova a lista nacional de sítios (1.ª fase) prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 226/97 de 27 de agosto (transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens).	
Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 12/2006 de 4 de abril, estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro
REN		
Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto	Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março.	
Portaria n.º 813/2007, de 27 de julho	Fixa os elementos que devem instituir os pedidos de autorização para o uso e ações compatíveis com a afetação de certas áreas ao regime de Reserva Ecológica Nacional.	
PATRIMÓNIO		
Lei n.º 13/85, de 6 de julho	Aprova a lei do património cultural português.	
Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro	Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.	
OUTROS		
Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho	Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e o ambiente.	
Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro	Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março
Portaria n.º 232/2008, de 11 de março	Determina quais os elementos que devem instruir os pedidos de informação prévia, de licenciamento e de autorização referentes a todos os tipos de operações urbanísticas, e revoga a Portaria n.º 1110/2001 de 19 de setembro.	

Anexo
III

Planta de condicionamentos

